



A IMPORTÂNCIA DA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL NO ESPAÇO ESCOLAR

Marciele Araújo Pereira¹
Ânglidimogean Barboza Bidô²

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade discutir a importância da Sala de Recurso Multifuncional (SRM) de uma instituição escolar da Rede Municipal de Ensino, na cidade de Santana dos Garrotes – PB. Como também, analisar comportamentos profissionais voltados às crianças com necessidades especiais; discutir e refletir situações vividas em uma sala de recursos multifuncional. A metodologia adotada foi uma pesquisa de campo, de cunho bibliográfica, com abordagem qualitativa, apresentando conceitos e ideias de diversos autores e pesquisadores da área educacional a respeito da educação inclusiva, da diversidade e da formação de professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Também, foi realizada uma entrevista estruturada com uma profissional que trabalha na sala de AEE, sobre o atendimento especializado e a importância da SRM. Conclusivamente, faz-se necessário frisar que a inclusão do aluno na Sala de Recursos Multifuncional, não é simplesmente um fato, mas um processo contínuo, com suas etapas, precisando ser avaliado de acordo a realidade de cada aluno e de cada lugar.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Atendimento Educacional Especializado, Sala de Recurso Multifuncional, Educação Especial.

1 INTRODUÇÃO

Em meados do século XX, aconteceram inúmeras atitudes na colaboração de conscientizar a importância da inclusão na área educacional, valorizando a educação especial e ocupando um lugar de destaque na sociedade. Dentre as diversas oportunidades de uma educação inclusiva, a sala de recursos multifuncionais foi um dos marcos mais relevante na atualidade.

Desta forma, destacamos o seguinte: a sala multifuncional tem por finalidade atender pedagogicamente alunos com necessidades educativas especiais. A sociedade de modo geral desconhece as possibilidades e habilidades das pessoas diferentes. Sendo assim, quais seriam

¹ Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Evangélica Cristo Rei - FECR. Pós-graduanda em Educação Especial com Ênfase no Atendimento Educacional Especializado, pela Universidade Cândido Mendes, macielearaujo290@gmail.com;

² Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande – UF. Pós-graduanda em Educação Especial, pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante – FAVENI, brancnkbarboza95@gmail.com



as técnicas pedagógicas mais precisas para que os alunos com necessidades especiais desenvolvam um bom aprendizado para sua adequação melhor no ambiente escolar?

A partir da problemática, limitamos o objetivo do trabalho que é contribuir de forma significativa para o desenvolvimento educacional das crianças com necessidades educacionais especiais do município de Santana dos Garrotes - PB; analisar comportamentos profissionais voltados às crianças com necessidades especiais; discutir e refletir situações vividas na sala de recursos multifuncional de uma escola da rede pública.

O tema faz uma abordagem sobre a importância das Salas de Recursos multifuncionais no Sistema Educacional. O estudo do objeto realça questões que são inerentes ao ensino-aprendizagem dos alunos com Necessidades Especiais, ou seja, alunos com Deficiências, apontando a importância da existência desse ambiente pedagogicamente estruturado e pensado para esse público alvo, os familiares e professores envolvidos com os alunos citados também são apoiados e ajudados superando suas limitações no apoio a esses alunos lá na Sala de aula no Ensino Regular. Para alguns pode parecer impossível, mas para quem é envolvido no processo torna-se significativa o papel que os profissionais do Atendimento Educacional Especializado desenvolvem dentro das Escolas.

Diante disso, este estudo busca mostrar que as Salas de Recursos Multifuncionais são fundamentais para o pleno desenvolvimento desses alunos. À vista disso, as pessoas que possuem deficiências necessitam também de possibilidades para desenvolver suas competências, habilidades e potencialidades.

Baseado nesta pesquisa tem-se a confiança de que o desenvolvimento de ações que congreguem a esfera pública e a sociedade permitirá à pessoa com deficiência conquista seu direito ao trabalho, sua independência financeira, auto realização e integração social.

Neste trabalho será utilizado o método qualitativo onde podemos conciliar dados a exemplos de: estudo de caso, levantamentos e trabalhos de campo. Buscaremos discutir de forma ampla os avanços das crianças com necessidades especiais no Brasil, partido do funcionamento da sala multifuncional no município de Santana dos Garrotes.

2 METODOLOGIA

Com a intenção de discutir a relevância das sala de recurso multifuncional no ambiente escolar fez-se necessário uma pesquisa de campo no locus (uma escola da rede pública); sendo assim, o trabalho está pautado e desenvolvido através de cunho bibliográfico com abordagem



qualitativa, enaltecendo autores e pesquisadores de artigos e livros acerca do tema apresentado. Foi realizado também, uma entrevista estruturada com uma profissional Pedagoga da sala de AEE, respondendo indagações sobre o atendimento especializado e a importância da SRM. As informações das coletas de dados e imagens (apêndice A) foram aprovadas e autorizadas pela escola, juntamente com os sujeitos pesquisados.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 UMA BREVE HISTÓRIA DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Neste tópico, abordaremos um resumo sobre o histórico das salas multifuncionais no Brasil, como também a relevância deste atendimento nas escolas públicas. Fizemos então, uma revisão literária a respeito da temática em questão, para discutir e refletir o processo de ensino-aprendizagem de educandos com necessidades especiais.

No Brasil, o marco da Educação Especial teve início no ano de 1994, com a Declaração de Salamanca. Este documento oficial possui “[...] o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social.” (MENEZES, 2001, p.1)

De acordo com a Portaria Normativa nº- 13, de 24 de Abril de 2007, dispõem sobre a criação do "Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais", estabelecendo que:

Art. 1º Criar o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais com o objetivo de apoiar os sistemas públicos de ensino na organização e oferta do atendimento educacional especializado e contribuir para o fortalecimento do processo de inclusão educacional nas classes comuns de ensino. Parágrafo Único. A sala de recursos de que trata o caput do artigo 1º, é um espaço organizado com equipamentos de informática, ajudas técnicas, materiais pedagógicos e mobiliários adaptados, para atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos. (BRASIL, 2007. p.1)

Ao trabalhar com educação, devemos primeiramente possuir uma visão diversificada das especificidades dos nossos educandos. Levando em consideração a relevância do Atendimento educacional Especializado, fazendo com que as escolas brasileiras possuam uma educação de qualidade, garantindo acesso as informações, a acessibilidade nos diversos espaços escolares, contribuindo desta forma um processo educacional, visando sempre no ensino e na aprendizagem.



As salas de recursos multifuncionais (SRN), são inseridas nas escolas públicas com a parceria do Governo Federal, Estadual e Municipal de ensino. Oportunizando ao educando que seja incluído no ensino regular. Como afirma Paraná (2011, p.20??)

Sala de Recursos Multifuncional - Tipo I, na Educação Básica é um atendimento educacional especializado, de natureza pedagógica que complementa a escolarização de alunos que apresentam deficiência Intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, matriculados na Rede Pública de Ensino.

Com relação à relevância da sala de recursos multifuncionais, Arnal e Mori (2007, p.3) afirmam que a sala de recursos apenas poderá ser uma ferramenta de inclusão, a partir do momento que "[...] atender à diversidade, assegurando ao aluno a inclusão em situações de aprendizagem no ensino regular."

Em 2009 o Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Câmara de Educação Básica (CEB) na Resolução nº 4, definem as Diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado, onde no Art. 1º e no Art. 2º preconiza:

Art. 1º Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. (BRASIL, 2009, p. 17)

Esta resolução determina a garantia do atendimento especializada aos alunos que possui qualquer tipo de deficiência ou dificuldades de aprendizagem, afirmando o direito de possuir continuidade da vida escolar, da melhor forma possível. Como também, preconiza usufruir de diversos tipos de atividades no fortalecimento da aprendizagem do aluno.

3.2 A INCLUSÃO, A DIVERSIDADE E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO AEE

Chegamos ao item no qual abordaremos aspectos voltados a necessidade de inclusão na escola, respeito às diversidades existentes nos ambientes educacionais e a importância da formação continuada para o profissional que trabalha no Atendimento educacional



Especializado. Desta forma, iremos apresentar alguns pesquisadores e estudiosos que trabalha o tópico em questão.

Ao mesmo tempo em que trabalhamos a inclusão no contexto escolar, automaticamente trabalhamos de forma interligada a diversidade, uma complementa a importância da outra. Como afirma, Borges, A. C. et al:

[...] em relação à questão da escola aberta à diversidade e inclusão de alunos com necessidades especiais, estabelece a necessidade de se adaptar as situações diversas, plurais e múltiplas, para que se atenda eficientemente a proposta da igualdade de oportunidades para todos. Isto implica em oferecer um ambiente de equidade para que cada sujeito seja atendido em suas necessidades específicas e especiais. (2013, p. 421)

Assim, a forma de tornar clara a desigualdade e reconhecer a diversidade como uma oportunidade de construção do fazer pedagógico de forma que seja agradável aos distintos alunos da escola pública brasileira, podemos afirmar um dos maiores desafios contemporâneos da educação. A instituição de ensino possui uma função primordial na busca pelo melhor tratamento e trabalho à diversidade.

Em vista disso, os profissionais da educação devem acompanhar debates presentes na sociedade e na escola sobre a diversidade e refletir as atividades pedagógicas, que fortaleçam o desenvolvimento de uma sociedade mais respeitosa, justa e igualitária.

[...] o sistema segregado de ensino em nada favorecido a aprendizagem de seus alunos, o que faz cair por terra o argumento utilizado ainda nos dias de hoje de que a inclusão de crianças e jovens com deficiência em classes regulares é prejudicial ao seu aprendizado e que, em ambiente especializado – e segregado – suas necessidades serão atendidas mais adequadamente. (VIÉGAS & ANGELUTTI, 2012, p.207)

A partir da inserção dessas pessoas deficientes na escola começa a surgir a sua segregação na instituição educacional, tornando-se excluídos da sociedade, havendo a necessidade do avanço educacional das mesmas, mediante o atendimento da educação sendo disponíveis nas instituições especiais. Esses deficientes eram excluídos da escola regular e visto como incapazes de se adaptar ao ensino normal.

De acordo com Brian e Oliveira:

A necessidade de formação dos professores para educação inclusiva e a falta de preparo para assumir a responsabilidade de promover a aprendizagem e participação de alunos com necessidades educacionais especiais, já foi estudada por diversos autores (...) Tais autores, constataram as dificuldades e falta de preparo dos professores para promover a



aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais e enfatizaram a necessidade da formação continuada para atender à diversidade das experiências e demandas dos estudantes em sala de aula. Na prática, encontramos ainda professores despreparados para essa realidade e com 424 falta de uma rede de apoio para desenvolver o seu trabalho com qualidade. (2012 p. 142.)

O maior desafio na atualidade com relação aos cursos de formação de professores é o de gerar conhecimentos e saberes que buscam provocar novas ações contribuindo na compreensão de atitudes no ramo do ensino, assim, os educadores sejam capazes de exercerem suas funções com excelência e responsabilidade, o ensinar e aprender na construção da diversidade.

Para a contribuição de uma educação de qualidade para todos, devemos lembrar-nos da necessidade das políticas públicas educacionais vigentes para as práticas pedagógicas inclusivas, formando os professores para as exigências educacionais, fortalecendo suas competências e habilidades. Dessa forma, a práxis educativa estará todo momento sendo aprimorada e repensada na educação inclusiva.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 UM OLHAR DO PROFISSIONAL DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: DILEMAS E REFLEXÕES

Neste último tópico de desenvolvimento do trabalho, foi realizada uma entrevista estruturada com uma profissional pedagoga de uma escola da rede pública de ensino, na cidade de Santana dos Garrotes – PB, a mesma possui especialização em Supervisão e Orientação Educacional, também concluindo mais uma especialização em Educação Especial com Ênfase no Atendimento Educacional Especializado.

A entrevistada atua a nove anos como professora da educação básica, e atualmente trabalha como educadora na sala de AEE no município à qual está inserida. Durante a entrevista foram obtidas algumas respostas a respeito da Sala de Recursos Multifuncionais, dos alunos atendidos pelo AEE e das dificuldades enfrentadas diariamente pelo educador de alunos com necessidades especiais.

Assim, Inicialmente foi indagada a docente sobre os tipos de demandas (deficiências) mais atendidas na Sala de Recursos e os desafios mais presentes na sala de recursos, obtendo-se como respostas:



Transtorno do Espectro Autista e deficiência intelectual. Trabalhar com a diversidade, os diferentes tipos de transtorno. (Professora do AEE – 2020)

Segundo Alves (2006, p.31), “esses alunos, embora possam ter limitações de naturezas diversas, paralisia cerebral, autismo, deficiência mental e outras, podem se beneficiar de recursos e meios alternativos de comunicação.” Visto que, na escola pesquisada, encontramos estes dois tipos de deficiências que participam do AEE.

Ao perguntar sobre as dificuldades da ação docente, citou a diversidade e transtorno. Para Gomes (2003), pensar a diversidade vai além do reconhecimento do outro. Também afirma que, “Cada construção cultural e social possui uma dinâmica própria, escolhas diferentes e múltiplos caminhos a serem trilhados” (GOMES, 2003, p. 72-74). Sabemos que não é nada fácil abordar a diversidade no contexto educacional. Porém, é essencial conhecer, entender e praticar o respeito ao próximo.

Além dos desafios enfrentados pela educadora ao trabalhar com o AEE, buscamos entender de forma mais detalhada sobre os desafios presentes na sala de recursos e as técnicas pedagógicas mais precisas para que os alunos com necessidades especiais desenvolvam um bom aprendizado para sua adequação melhor no ambiente escolar. Assim, estas apontam que:

Atender pedagogicamente alunos com necessidades especiais, fazendo um serviço de apoio à sala de aula, oferecendo meios e modos que efetive o real aprendizado dos alunos. Formação de professores, material didático de acordo com as necessidades e recursos de acessibilidades. (Professora do AEE – 2020)

De acordo com Freitas (2006, p. 177) existem inúmeros de conhecimentos que necessitam ser pensados e trabalhados pelos professores em formação, principalmente na formação de professores para trabalhar com educação especial:

Mecanismos funcionais de cognição das pessoas com deficiência; consciência de suas próprias condições, conhecimentos pedagógicos e metacognitivos; Desenvolvimento da capacidade de auto-regular e de tomar consciência das etapas do processo de ensino aprendizagem; Coerência entre sua maneira de ser e ensinar, entre teoria e prática; Capacidade de ministrar aulas sobre um mesmo conteúdo curricular a alunos de diferentes níveis e compreensão e desempenho acadêmico; respeito ao ritmo de aprendizagem de cada aluno; Utilização flexível dos instrumentos de avaliação de desempenho escolar, adequando os às necessidades dos alunos.

Portanto, notamos que as mudanças na educação acontecem a partir da necessidade existente, o modo que as escolas praticam atividades específicas, respeitando a individualidade



dos alunos, mostra o comprometimento do saber-fazer pedagógico no processo de ensino-aprendizagem.

Cabe ainda nessa discussão sabermos um pouco acerca de como é organizada as Salas de Recursos Multifuncionais e a finalidade do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na escola. Nesse sentido, esta professora relatou que:

São ambientes organizados com materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado. Tem como objetivo identificar, elaborar e organizar recursos de acessibilidade que eliminem barreiras para a participação dos estudantes de acordo com suas necessidades. (Professora do AEE – 2020)

Os princípios para organização das salas de recursos multifuncionais partem da concepção de que a escolarização de todos os alunos, com ou sem necessidades educacionais especiais, realiza-se em classes comuns do Ensino Regular, quando se reconhece que cada criança aprende e se desenvolve de maneira diferente e que o atendimento educacional especializado complementar e suplementar à escolarização pode ser desenvolvido em outro espaço escolar. (Alves, 2006, p.7)

O ambiente organizado ou não influencia no desenvolvimento da aprendizagem do aluno. A importância da organização do espaço escolar em salas de recursos multifuncionais é indispensável para acontecer às atividades pedagógicas neste ambiente, que utilizará diversos recursos pedagógicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se a discrepância entre a teoria e prática, uma vez que na teoria apresentam fundamentação por meio de legislação, normas, projetos, contudo, na prática, a realidade anda distante da teoria apresentada. Após a entrevista realizada com a profissional da sala de AEE nota-se, que os educadores da Sala de Recurso Multifuncional da Escola selecionada apresentam efetivamente o compromisso com a educação especial para os alunos matriculados na referida escola.

É evidente que todas as pessoas têm direito a uma educação de Qualidade. É sabido também que a educação é o fundamento para o desenvolvimento do cidadão, desta forma mostraremos para sociedade através de palestras e discussões que a inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais, é uma maneira de assegurar a probabilidade de seu crescimento. Entretanto, entendemos que as barreiras são várias, ficando mais evidentes quando analisamos de forma mais crítica a realidade da sala de aula.



Faz-se necessário frisar que a inclusão do aluno na Sala de Recursos Multifuncional, não é simplesmente um fato, mas um processo contínuo, com suas etapas, precisando ser avaliado de acordo a realidade de cada aluno e de cada lugar. Perante os estudos, as análises, a entrevista com o professor da sala pode-se pontuar que é importante uma maior efetividade dos pais no processo de aprendizagem do filho, acompanhar de forma efetiva, apoiar e colaborar com a escola na qual o filho está inserido.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2006.

ARNAL, L. S. P.; MORI, N. N. R. **Educação escolar inclusiva: a prática pedagógica nas salas de recursos**. 2007. Disponível em: http://www.alb.com.br/anais16/sem09pdf/sm09ss02_06.pdf. Acesso em: 15/02/2020.

BORGES, A. C. et al. **Reflexões sobre a inclusão, a diversidade, o currículo e a formação de professores**. 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT01-2013/AT01-040.pdf>. Acesso em: 23/02/2020.

BRASIL. **Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 10/02/2020.

BRASIL. Portaria normativa nº.- 13, de 24 de abril de 2007, que Dispõe sobre a criação do **(Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais)**, do Ministério da Educação.

BRIANT, Maria Emília Pires; OLIVER, Fátima Corrêa. **Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo 428 estratégias e ações**. Rev. bras. educ. espec. [online]. 2012, vol.18, n.1, pp. 141-154. ISSN 1413-6538.

FREITAS, S.N. **A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo**. In: Rodrigues (org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

GOMES, Nilma Lino. “Educação e Diversidade Étnicocultural” In: RAMOS, ADÃO, BARROS (coordenadores). **Diversidade na Educação: reflexões e experiências**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica/MEC, 2003.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbetes Declaração de Salamanca**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix,



2001. Disponível em: <<https://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em: 28/02/2020.

PARANÁ. SEED/SUED. Instrução 16/2011. **Critérios para o atendimento educacional especializado em Sala de Recursos Multifuncional - Tipo I, na Educação Básica**. Curitiba, 2011.

SANTOS, Layla do Carmo Cruz dos. **A Sala de Recursos Multifuncionais e seu papel na inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista**. 2017. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/2190/1/LCCSantos.pdf>. Acesso em: 28/02/2020.

VIÉGAS, Lygia de Souza; ANGELUCCI, Carla Biancha. (orgs). **Políticas Públicas Em Educacao** : Uma Análise. 2012. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=ZghnL7C_IMQC&pg=PA207&lpg=PA207&dq=o+sis+tema+segregado+de+ensino+em+nada+favorece+a+aprendizagem&source=bl&ots=QT05l_pju8&sig=ACfU3U0elq1b4FWrYCC-W9aEh1MtIuygUQ&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwiQ9rGY4ovoAhXwGLkGHaTiB_UQ6AEwAHoECAkQAQ#v=onepage&q=o%20sistema%20segregado%20de%20ensino%20em%20nada%20favorece%20a%20aprendizagem&f=false. Acesso em: 28/02/2020.



APÊNDICE A

SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL DE UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA



Imagem 01: Acompanhamento Pedagógico Especializado

Fonte: Acervo dos autores



Imagem 02: Sala de Recurso Multifuncional

Fonte: Acervo dos autores



Imagem 03: Socialização e partilha de atividade
Fonte: Acervo dos autores



Imagem 04: Sala de Recurso Multifuncional
Fonte: Acervo dos autores